



Anais da Assembléia

Nº 176

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cielton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emarl Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 1992
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ernani Pudell e Mário Bezerra (07). Achando-se em licença o Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 142/92

Curitiba, 02 de dezembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor

de Cr\$ 1.785.987.000,00 (hum bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas para construção, ampliação e melhorias de unidades escolares e de estudos e pesquisas educacionais.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

SOMULA: Aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.785.987.000,00 (hum bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos, de dotações da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 3º desta lei, fica alterado o Quadro de Receita por fontes da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O		I		FL. 01		
ANEXO						GRS 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	IRI	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I	I	I	I	I	I		I	I
I 3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I		I	I		I	I
I 3302	IGABINETE DO SECRETARIO -	I		I	I		I	I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I		I	I		I	I
I 2785	IPROGRAMACAO A CARGO DA FUNDEPAR	I	3211.03	I07ILI		239.000	I0903I	
I	I	I	4311.02	I07ILI		1.546.987	I0903I	
T O T A L						I	1.785.987	I

CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		
ANEXO						GRS 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	IRI	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I	I	I	I	I	I		I	I
I 2700	ISECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	I		I	I		I	I
I	IE DA ACAA SOCIAL	I		I	I		I	I
I 2703	IDIRETORIA GERAL	I		I	I		I	I
I 2619	ICOORDENACAO DAS ACOES DE	I		I	I		I	I
I	IASSISTENCIA SOCIAL	I	4130.00	I07ILI		1.785.987	I0903I	
T O T A L						I	1.785.987	I

SUPLEMENTACAO		A N E X O		I I I		FL. 02		
ANEXO						GRS 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	IRI	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I	I	I	I	I	I		I	I
I 3400	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I		I	I		I	I
I	I- ENTIDADES VINCULADAS	I		I	I		I	I
I 3470	IFUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DOI	I		I	I		I	I
I	IPARANA - FUNDEPAR	I		I	I		I	I
I 2632	IEXPANSAO, MELHORIA E MANUTENCAO	I		I	I		I	I
I	IDA REDE FISICA ESCOLAR	I	4130.00	I07ILI		1.504.011	I0903I	
I 2770	IESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS	I	3132.00	I07ILI		239.000	I0903I	
I	I	I	4120.00	I07ILI		42.976	I0903I	
T O T A L						I	1.785.987	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01	Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	IFUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DO IPARANA - FUNDEPAR			
	Demonstrativo da Receita por fontes			
2412.01.02	Convenios com Orgaos Federais	07	1.546.987	
1712.01.02	Convenios com Orgaos Federais	07	239.000	
TOTAL			1.785.987	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 143/92

Curitiba, 02 de dezembro de 1992.

Senhor Presidente.

De conformidade com o art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a criação, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, de 8 (oito) cargos de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional - símbolo DAS-5 e de 30 (trinta) cargos de igual provimento, de Assistente Técnico de Núcleo Regional - símbolo 2-C. Visa ainda, o anteprojeto de lei em referência, a extinção, na estrutura da mencionada Secretaria de Estado, de 41 (quarenta e um) cargos de provimento em comissão de Inspetor Estadual de Educação - símbolo 1-C.

A medida legal ora proposta à apreciação dessa augusta Casa de Leis consulta aos superiores interesses da Administração, sendo oportuna e necessária, tendo em vista que virá adequar a quantidade e a simbologia de cargos em comissão da Secretaria de Estado da Educação à situação estrutural decorrente do Decreto nº 1.221, de 20 de março de 1992, através do qual foram criados oito Núcleos Regionais de Educação.

Por oportuno, vale frisar que a economia de gastos com a prevista extinção dos 41 (quarenta e um) cargos em comissão de Inspetor Estadual de Educação - símbolo 1-C - ensejará a totalidade de suporte orçamentário para as despesas com os cargos a serem criados, havendo até, com relação a estes, custos menores.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 8 (oito) cargos de provimento em comissão com a denominação de Chefe de Núcleo Regional - Símbolo DAS-5 e 30 (trinta) cargos de provimento em comissão com a denominação de Assistente Técnico de Núcleo Regional - Símbolo 2-C.

Art. 2º - Ficam extintos, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 41 (quarenta e um) cargos de provimento em comissão com a denominação de Inspetor Estadual de Educação - Símbolo 1-C.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 144/92

Curitiba, 03 de dezembro de 1992

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas de custeio.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, rei-

tero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MARIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações da própria entidade, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica inalterado o demonstrativo da receita por fontes da referida entidade, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL 01	
1 ANEXO				CRS 1.000,00	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN DO I
		I DA	IFTIDI		IFRUCI
		IDESPESA	I IRI		ICOP I
1200	1 SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I I
	1 IE DO COMERCIO - ENTIDADES	I	I I I		I I
	1 IVINCULADAS	I	I I I		I I
1232	1 FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	I	I I I		I I
	1 DIREITO DO NORTE PIONEIRO	I	I I I		I I
2511	1 ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I I
	1 ENSINO DE DIREITO EM JACAREZINHO	I	3120.00I40ILI	50.000	10895I
		I	3132.00I40ILI	80.000	10895I
T O T A L I				130.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL 01	
I ANEXO				CRS 1.000,00	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN DO I
		I DA	IFTIDI		IFRUCI
		IDESPESA	I IRI		ICOP I
1200	1 SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I I
	1 IE DO COMERCIO - ENTIDADES	I	I I I		I I
	1 IVINCULADAS	I	I I I		I I
1232	1 FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	I	I I I		I I
	1 DIREITO DO NORTE PIONEIRO	I	I I I		I I
1149	1 EDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA AI	I	I I I		I I
	1 FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO	I	I I I		I I
	1 NORTE PIONEIRO	I	4110.00I40ILI	65.000	10895I
		I	4120.00I40ILI	65.000	10895I
T O T A L I				130.000	I

Ofícios:

OFICIO

Sob os nºs DTL/SAT 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325 e 326/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

263/92: Do Tribunal de Contas que, extingue e cria na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado os cargos que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.146. Anote-se - Arqueve-se.

272/92: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Cruzeiro do Sul, as áreas de terra que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.147. **Anote-se - Arquivo-se.**

175/92: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo que, declara de Utilidade Pública o Lar Batista Esperança, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.148. **Anote-se - Arquivo-se.**

271/92: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins que, declara de Utilidade Pública a Central de Serviços de Alcoólicos Anônimos do Paraná - CENSAAPAR, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o nº 10.149. **Anote-se - Arquivo-se.**

333/92: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 634.877.000,00, ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.150. **Anote-se - Arquivo-se.**

282/92: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Santa Izabel do Oeste", com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.151. **Anote-se - Arquivo-se.**

258/92: De autoria do Deputado Neivo Beraldin que, declara de Utilidade Pública a Associação de Ibradores da Vila Amélia, no Município de Piraquara/PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.152. **Anote-se - Arquivo-se.**

278/92: De autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva que, declara de Utilidade Pública a Associação Espírita de Amparo à Criança Geraldo Figueiredo, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.153.

331/92: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 97.000.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria Especial da Política Habitacional, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.154. **Anote-se - Arquivo-se.**

473/91: Do Poder Executivo que, dispõe que as pessoas físicas ou jurídicas que utilizem economicamente matéria-prima florestal nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 4.771/65, são obrigados à sua reposição, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o

nº 10.155. **Anote-se - Arquivo-se.**

253/92: De autoria do Deputado Erondy Silverio que, dispõe que o Instituto de Educação do Paraná, passa a denominar-se Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.156. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº ATCC 3390/92, do Senhor Caio Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta a Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Luiz Carlos Martins, sobre "Relação de funcionários da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba, com carga horária e funções, bem como folha de pagamento de outubro de 1992." **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 2106/92, do Senhor Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei, referente a adoção da lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. **Ao Conhecimento da Casa.**

Ofício nº 536/92
Senhor Presidente.

Em razão de compromissos assumidos junto à Região Noroeste do Estado, tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de solicitar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares neste dia 07 de dezembro.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 07.12.92

(a) MARIO BEZERRA

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Com o objetivo de proporcionar racionalidade maior às atividades desenvolvidas pelas Lideranças do Governo e do PMDB, nesta Casa, comunico que o vice-Líder Deputado Renato Adur responderá temporariamente pela Liderança do PMDB.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevado apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 07.12.92

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do Governo PMDB

Pronunciamento:

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ERONDY SILVERIO
"VAGAS ESCOLARES NO PARANÁ"

Senhor Presidente.

Estamos assistindo à corrida dos pais de alunos da rede pública estadual, para a garantia de vagas escolares para seus fi-

Thc. Essa medida decorre da exigência de confirmação das reservas feitas durante a primeira chamada escolar, pelas autoridades da Secretaria Estadual de Educação.

O problema da maior demanda por vagas na rede escolar pública decorre da transferência de estudantes antes matriculados em escolas particulares. Com a recessão e os altos custos de formação dos filhos, os pais estão se vendo obrigados a buscar abrigo nos estabelecimentos oficiais, enquanto outros se vêem diante do dilema de levar os filhos a abandonarem os estudos.

Isto não pode ocorrer de forma alguma, principalmente porque a ordem constitucional brasileira garante o acesso ao ensino fundamental e, na medida do possível, aos demais níveis de educação.

Por isso o novo Ministro da Educação, Professor Murilo Hingel, anunciou a disposição de adquirir até 40 mil vagas na rede de escolas comunitárias mantidas pela CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, a fim de abrigar ali os estudantes reconhecidamente carentes, aos quais possa faltar vaga em escola oficial.

Embora as estatísticas indiquem que 97% das crianças brasileiras se matriculam na escola básica, o problema é que o aproveitamento é baixo: apenas 22% dos matriculados na primeira série chega à oitava série.

Enquanto isso o diretor de Recursos Humanos da Auto-latina, importante complexo da indústria brasileira, acusa que 30% dos operários e profissionais não tem aproveitamento nos cursos de reciclagem, por ausência de uma sólida formação básica.

Quer dizer, não conseguiremos transformar o País, no rumo da produtividade e da modernização, se não corrigirmos a deficiência de nosso sistema educacional.

O ideal é que o Estado assegure escolas para todos, mas enquanto isso não é possível, há que cumprir a Constituição por modos alternativos. Segundo expôs o Ministro Hingel, "a Constituição não obriga o Governo a construir escolas, mas a garantir vagas para toda criança em idade de frequentar o curso fundamental".

Queremos crer que o poder público deve acudir à demanda escolar ofertando vagas adquiridas em escolas de instituições comunitárias, e mesmo em instituições privadas sérias e idôneas, inclusive no Paraná.

Só assim passaremos aos pais de alunos a certeza de que não haverá criança sem escola, sem boa escola e sem apoio no futuro.

Requeiro, ainda a Casa, o encaminhamento de cópia ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 07.12.92
(a) ERONDY SILVERIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 418/92, que autoriza o Tribunal de Contas do Paraná a adotar, no que couber, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

Sala das Sessões, em 07.12.92
(a) COSTENARO NETO

REQUERIMENTO Nº 2011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, o uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por (03) três sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 534/91 (item 04), de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que isenta de ICMS veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas prefeituras municipais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.12.92.
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei Complementar nº 125/92, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, tendo em vista a impossibilidade do autor estar presente para discussão e votação do referido projeto.

Sala das Sessões, em 07.12.92.
(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o autor do projeto, Deputado Cezar Silvestri, por compromissos inadiáveis não poderá estar presente na sessão que irá apreciar a emenda e o projeto em 2ª discussão, é que solicitamos a retirada da Ordem do Dia, por uma sessão, podendo retornar na próxima Sessão Ordinária do dia 09 de dezembro (quarta-feira).

REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela passagem do 37º aniversário de emancipação política do mu-

nício de Calúnia, a ser transcorrido em 17.12.1992.

Sala das Sessões, em 07.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela passagem do 29º aniversário de emancipação política do município de Jardim Alegre, a ser transcorrido em 14 de dezembro próximo.

Sala das Sessões, em 07.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela passagem do 30º aniversário de emancipação política do município de KALORE, em 08 de dezembro próximo.

Sala das Sessões, em 07.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela passagem do 28º aniversário de emancipação política do município de RIO BOM, em 13 de dezembro próximo.

Sala das Sessões, em 07.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2008

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, vem REQUERER, o registro de voto de congratulações ao empresário MYRON SALING, empossado na presidência do Sindicato do Comércio Varejista de Maquinismos, Ferragens, Tintas e Material Elétrico de Curitiba, com mandato para o triênio 1992/95. Trata-se de qualificado empresário, líder de sua categoria, com anos de vida sindical e a quem desejamos muito sucesso. Pedimos que os cumprimentos se estendam aos seus demais companheiros de Diretoria.

Sala das Sessões, em 07.12.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de

expediente ao Secretário de Estado de Segurança, Moacir Favetti, solicitando informações relacionadas a ação da polícia realizada no dia 03 de dezembro, por ocasião da ocupação da Fazenda da Mata em Nova Fátima, sendo elas:

Relação de armamentos e munição apreendidos no trabalho de desarmamento realizado em Nova Fátima e municípios circunvizinhos.

Relação de armamentos e munição apreendidos no desarmamento realizado no local do conflito: acampamento dos agricultores sem-terra e sede da fazenda.

Se houve prisões no local de conflito de sem-terra, ou de "segurança" da fazenda ocupada.

Qual o destino legal das armas apreendidas?

Sala das Sessões, em 07.12.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1996

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios e telex, aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Fazenda, sugerindo-lhes a retirada da Mensagem n° 38/92, que encaminhou anteprojeto de lei elevando as alíquotas do I.P.V.A..

Sala da Sessão, em 07.12.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Em maio do corrente ano, o Chefe do Poder Executivo encaminhou a esta Casa, plano de lei propondo a elevação da alíquotas do I.P.V.A. para 3% e 5%, respectivamente, para veículos de aluguel e passeio. Posteriormente, através da Mensagem n° 112/92, datada de novembro próximo passado, com justificativa do Senhor Secretário da Fazenda, propôs, não só a manutenção das referidas alíquotas nos percentuais de 1% e 3%, respectivamente, bem como a redução do valor da multa de 50% para 30%.

Em razão disso, estão tramitando nesta Casa, os Projetos de Lei n° 153/92 e 354/92, tratando da mesma matéria.

Entendemos que deve prevalecer o contido na última proposta, motivo pelo qual estamos sugerindo a retirada da Mensagem n° 38/92 e o conseqüente arquivamento do Projeto de Lei n° 153/92, a fim de evitar confusão na discussão da matéria.

REQUERIMENTO N° 1997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de

Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente HOMERO MORINOBU OGUIDO e ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, STENIO SALES JACOB, solicitando sejam tomadas as providências necessárias, objetivando a implantação da rede coletora de esgotos no NÚCLEO HABITACIONAL SANTA TEREZINHA, na cidade de PONTA GROSSA.

Sala das Sessões, em 07.12.92.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta tem sua origem em expediente emanado da Câmara Municipal de Ponta Grossa, subscrito pelo Vereador Rogério de Paula Quadros, o qual, em nome dos moradores do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, nos traz o seu veemente apelo, diante da falta de saneamento básico e das sérias consequências que isso pode lhes causar, colocando em risco a própria saúde dos que ali residem.

A situação no Núcleo Habitacional Santa Terezinha é tão precária, que, por ocorrência de chuvas mais fortes, as fossas cêpticas residenciais acabam transbordando, expondo seus moradores a uma situação extremamente constrangedora, além do alto risco de contaminação da água, que também é ingerida sem o tratamento necessário, contrariando, de todo, os padrões de higiene e princípios de saúde.

Diante desse quadro, e, como representante de Ponta Grossa, defendendo os seus mais altos interesses, recorro às autoridades competentes, visando medidas urgentes que viabilizem a implantação do sistema de rede de esgotos no mencionado Núcleo.

REQUERIMENTO Nº 2000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a V.Exa. seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, para as providências cabíveis.

1 - Ofício nº 337/92, de 01.12.92, subscrito por este parlamentar, solicitando a doação de equipamentos de Laboratório de Física, Química e Biologia ao Colégio Estadual "Prof. Eugênio Garmatz" - Ensino de 1º e 2º Graus, de Palotina - PR;

2 - Cópia do ofício nº 041/92, do diretor do Colégio Estadual "Prof. Eugênio Garmatz", Nestor Brandt.

Sala das Sessões, em 07.12.92.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Senhoria seja encaminhado ao ilustríssimo

Senhor Superintendente da FUNDEPAR, para as providências cabíveis:

1 - Ofício nº 336/92, de 01.12.92, subscrito por este parlamentar, solicitando a doação de equipamentos de Laboratório de Física, Química e Biologia ao Colégio Estadual "Prof. Eugênio Garmatz" - Ensino de 1º e 2º Graus, de Palotina - PR;

2 - Cópia do Ofício nº 041/92, do diretor do Colégio Estadual "Prof. Eugênio Garmatz", Nestor Brandt.

Sala das Sessões, em 07.12.92.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Senhoria seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Superintendente de Educação da SE-ED, para as providências cabíveis:

1 - Ofício nº 335/92, de 01.12.92, subscrito por este parlamentar, solicitando a doação de equipamentos de Laboratório de Física, Química e Biologia ao Colégio Estadual "Prof. Eugênio Garmatz" - Ensino de 1º e 2º Graus, de Palotina - PR;

2 - Cópia do Ofício nº 041/92, do diretor do Colégio Estadual "Prof. Eugênio Garmatz", Nestor Brandt.

Sala das Sessões em 07.12.92.

(a) PAULO MAIA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 419/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de São Lourenço", com sede no Distrito de São Lourenço, e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.92

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, vem, há algum tempo, desempenhando com muita presteza e eficácia, os objetivos para os quais foi criada, em todo o Distrito de São Lourenço.

Seus objetivos, de acordo com a lei nº 6994 com as alterações da lei nº 8589, são de cunho essencialmente social, e se caracterizam por promover o desenvolvimento, a união da Sociedade, e sua representação junto aos órgãos públicos e privados; bem como proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades culturais,

desportivas e assistenciais.

Diante do exposto, nada mais justo que seja reconhecida, por esta Casa de Leis, como de Utilidade Pública, a Fundação "Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de São Lourenço".

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz H. Bona Turra.

O SR. EDSON SILVA LINO (Pela Ordem) - Quero registrar a presença do Prefeito eleito de Rosário do Ivaí, bem como o Vice-Prefeito, Nazareno Batista Ferri e Carlos Roberto Wosiack.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está registrado. Sinta-se à vontade, Prefeito.

No Grande Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Luiz H. Bona Turra.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - (Lê).

No dia 15, o Q.G. abandonou Ponta Porã, tendo ido o general Miguel, de automóvel, até Campanário, onde ainda se achava Juarez com o batalhão Virgílio, regressando à tarde ao acampamento da Brigada "Rio Grande", a duas léguas daquela cidade.

Em Campanário, o general recebeu uma carta do capitão Hall comunicando que seguia para o Paraguai, devido ao seu estado de saúde.

Abandonaram a Divisão em Ponta Porã o major Coriolano de Almeida Junior e tenentes Cunha e Raff.

Estivemos hospedados nessa cidade no quartel do regimento de cavalaria, mandado fazer pelo ministro Calojeras.

É uma obra mal feita, embora sua construção tivesse sido muito dispendiosa.

Os barracões, cobertos de zinco, destinados ao alojamento das praças, custaram cento e cinquenta contos de réis, cada um, segundo fui informado, quando, realmente, nenhum pode valer sequer cinquenta contos.

Iniciamos a marcha para a aludida estação de Rio Pardo, em cujas cercanias se nos deveriam reunir João Alberto e Siqueira, no dia 16.

Avançamos em duas colunas, distanciadas algumas léguas, até alcançarmos o rio Dourados, de onde a Divisão prosseguirá a marcha, reunida.

.....

In A COLUMNA PRESTES (Marchas e Combates)
LOURENÇO MOREIRA LIMA
2ª Edição, 1945, pg. 143
Editora Brasiliense

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - ... (Termina de Ler).

Este é um excerto da obra "A coluna

Prestes", Marchas e Combates, Lourenço Moreira Lima, 2ª Edição, 1945, página 143. Editora Brasiliense.

"É uma obra mal feita, embora sua construção tivesse sido muito dispendiosa."

"Os barracões cobertos de zinco, destinados ao alojamento das praças, custaram 150 contos de réis cada um segundo fui informado, quando realmente nenhum pode valer sequer 50 contos".

A partir de amanhã e também depois de amanhã nós teremos no Paraná a realização do 1º Seminário Nacional de Engenharia Pública.

É um Seminário que busca debater as temáticas estruturantes do setor de obras públicas no Brasil que se fundem em três faces fundamentais: Engenharia de Custos, Engenharia de Qualidade e Procedimentos Licitacionais de contratação e de convênio.

Esse Seminário é uma referência do debate mais geral, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se trava no País em torno da questão polêmica e que constitui tarefa permanente do Estado que são as obras públicas.

Quando em 18 de março do ano passado, fizemos a convocação às entidades e órgãos do Governo do Paraná que contratam obras públicas, para que iniciássemos o debate e a discussão sobre a questão dos custos das obras da sua qualidade e dos métodos de executá-las. Iniciamos uma longa caminhada que vai se concretizar nesse seminário, numa referência do debate nacional, para que o Brasil e as suas estruturas organizacionais e políticas, possam operar nesse setor de um modo mais produtivo, mais consentâneo com as exigências do País e de modo mais adequado aos interesses populares.

Quero aqui, aos Senhores Deputados e ao Senhor Presidente, fazer breve relato e ao mesmo tempo quero convidar a todos para, através das suas representações e para que pessoalmente, possam acompanhar o debate dessas três questões estruturantes do setor.

Quando, em 26 de março no ano passado, reunimos as entidades e órgãos do Estado, verificamos que o Paraná, que é o 4º Estado da Federação, e que possui uma estrutura organizacional razoavelmente estruturada, razoavelmente ordenada, apresentada a discrepância nos procedimentos de licitação, nos procedimentos de orçamentação e de controle de qualidade de obras. Verificávamos, por exemplo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que os coeficientes de composição de custo, praticados pelas diversas entidades e órgãos, chegavam a discrepâncias de 30, 40 e até 50% entre um coeficiente e outro. A partir do cotejo

dos coeficientes praticados pelas diversas entidades e órgãos, dos praticados pelos outros órgãos e entidades de outros Estados e mesmo de outros países, nós pudemos proceder a homogenização dos preços unitários aqui no Paraná, que resultou, por exemplo, em que o preço do concreto armado aplicado, fosse reduzido a um coeficiente médio de 10% a menos do que era praticado anteriormente e assim, nas formas de madeira e em todos os serviços que correspondem a 85% dos serviços utilizados em qualquer obra de construção civil.

Pudemos, ao cabo de 6 meses ou menos do que isso, e essa é uma experiência fundamental aos municípios, aos Deputados que vão assumir o comando dos seus municípios, para que possamos projetar também para os municípios, produzir coeficientes médios, homogêneos, praticados por toda a administração e isso resulta em controle numa área que é fundamental, porque de nada adiantaria termos os controles adequados ou mesmo apropriação adequada dos preços de materiais e dos preços de mão-de-obra se houvesse discrepâncias ou se houvesse sobrepreço na composição dos coeficientes de custos de cada um dos serviços.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados se a marcha da coluna já identificada, o sobrepreço, a péssima qualidade da obra, nós tínhamos de avançar e foi assim que ao par e ao lado de termos elaborado os novos coeficientes de composição de custos, que significaram reduções médias na ordem de 30% em relação aos coeficientes anteriormente praticados, isso, num cotejo não só entre as entidades, como também com o praticado em outros países. Nós demos um passo à frente e que foi a elaboração da nova metodologia de pesquisa de preços de materiais da construção civil. Trago aqui um relato que reputo, da maior gravidade e maior seriedade: as entidades e órgãos que atuam no setor de obras públicas em todo o País e isso ocorria também no Paraná, apesar do grau de desenvolvimento da sua administração. Os preços de materiais eram apropriados junto a 3 ou 5 fornecedores que resultaram em discrepâncias em alguns casos, de até 300% entre uma loja e outra, entre um fornecedor e outro. Nós, a partir da cooperação fundamental de uma área de inteligência estratégica do Estado, que é o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, pudemos, Senhor Presidente, apresentar, ao cabo de cerca de um ano de trabalho, uma nova metodologia que faz apropriação dos preços dos materiais, junto a 138 fornecedores e não mais junto a 3 ou 5, como era praticado, inclusive em grandes entidades contratantes de obras públicas no Paraná e que, com certeza, continua sendo praticado em todos os can-

tos do País. Cento e trinta e oito fornecedores que passaram a nos conceder, a nos permitir, a permitir à Administração a apropriação não só de preços máximos e mínimos como também preços médios, medianos e de um preço orçamentário. E nós pudemos confirmar na prática, através desta metodologia, que o Estado pagava e pagava mal, e pagava muitas vezes acima dos preços que eram apropriados no mercado não tanto por má fé mas por um interismo que ainda havia na atividade construtiva de Construção Civil no Estado do Paraná. Depois de termos vencido a questão dos coeficientes de composição de custos, de termos vencido a questão das metodologias de apropriação de preços do mercado da Construção Civil nós fomos também apropriar o preço da mão-de-obra. E, daí, Sr. Presidente e Srs. Deputados, também encontramos dados estarrecedores. Constatamos que os índices e os preços, que eram preços fornecidos pelo Sindicato Patronal e de Trabalhadores da Construção Civil, discrepavam, em média, em torno de 20% relativamente ao preço efetivamente praticado no canteiro da obra. Ou seja, os empresários atuantes no setor, em média, pagavam 20% a menor - e essa é uma realidade da pesquisa havida no mês de outubro - do que aquele apropriado como mínimo que deve ser pago ao pedreiro, ao servente, ao mestre. Com isso atingimos e demos um passo a mais no processo de orçamentação de obras, vencidos os coeficientes, vencida a metodologia de pesquisa de preços de materiais, e vencida a metodologia de pesquisa de preços da mão-de-obra, nós fomos ao passo seguinte que trata de homogeneizar também a apropriação e leitura dos textos legais e mesmo constitucional dos encargos sociais incidentes sobre a mão-de-obra. E aí nós verificávamos que esse percentual incidia de modo não homogêneo, desigual, de acordo com apropriação e leitura que fazia cada uma das entidades. Enquanto algumas entidades praticavam preços que giravam na ordem de 100%, outras, na ordem de 140%, pudemos, a partir de uma apropriação caso a caso, obra a obra e obra-tipo -, ter também aí uma referência orçamentária da maior segurança. Mas nós tínhamos que ir à frente. Num processo de máxima radicalização nós tivemos também de promover a apropriação de uma questão que é fundamental sobre a qual pude me referir num pronunciamento recente aqui nesta Assembléia e que diz respeito à Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas, isto é, a Taxa de BDI, onde está inclusive, o lucro dos empresários da Construção Civil. Pudemos também aí definir uma metodologia de cálculo dos benefícios e despesas indiretas. Havia consagrado na Engenharia nacional uma taxa que variava de 30 a 35%, enquanto o DER

praticava 35% -, porque, como a taxa incidente sobre o custo da obra para determinar o preço estimado de uma obra, o Departamento de Obras o fazia com 31% e a Copel fazia, em alguns casos, com até 40 ou 45%. Com essa nova metodologia nós passamos a entender uma obra no caso concreto em que ela é executada e pudemos, então, conceder uma Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, flu tuante, variando de acordo com o tipo da obra, a sua localização, o prazo de execução determinado para essa obra. Enfim, pudemos então dar um passo à frente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se pudermos também desenvolver as outras metodologias fundamentais, como é o caso da metodologia de cálculo do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de empreitada. Porque não era raro que uma obra se iniciasse e em menos de um mês ou dois após o seu início nós tivéssemos já o pedido seja pelos municípios, seja pelas empresas contratadas da revisão da equação econômico-financeira desse contrato ou desse convênio, alegando discrepância relativamente ao preço originalmente praticado. Pudemos também desenvolver nessa metodologia para o caso concreto e no tempo em que ocorre o desequilíbrio econômico-financeiro poder permitir à Administração um julgamento objetivo segundo fórmula predeterminada, evitando, portanto, discricionariedade no processo decisório relativo ao equilíbrio financeiro e a sua revisão.

Mas, Senhor Presidente, vencido este trabalho e resultando este trabalho num livro técnico da maior importância, denominado "Metodologias de Pesquisa de Preços, Orçamento para Construção Civil e Diretrizes de Gerenciamento Técnico-financeiro", nós tínhamos que dar, também, um passo à frente. E sobre isso, nós vamos debater amanhã, neste Seminário, que é o que diz respeito à gestão e controle da qualidade das obras públicas. Era preciso, também aí, ter uma referência. E para espanto nosso, a referência de não conformidade com os padrões técnicos de gestão da qualidade das obras públicas, se fez revelar, justamente, na maior edificação pública do Estado do Paraná.

Interessantemente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a maior edificação pública do Estado, estimada em 40 mil metros quadrados de área construída se revelou em como a maior fraude contra a administração. Refiro-me ao edifício do futuro fórum da Comarca de Curitiba. Pudemos, a partir de um inventário inicial, preliminar, do Departamento de Obras, depois amplificado pelo Centro de estudos de Engenharia Civil, depois amplificado pelo Centro de Estudos de Engenharia Civil da

Universidade Federal do Paraná e Instituto de Tecnologia do Paraná, e também através de consultoria própria, contratada pelo Tribunal de Justiça, Empresa Dalcon Engenharia, confirmar que dos 40 mil m² de área construída das estruturas do edifício do fórum da Comarca de Curitiba, cerca de 8 mil metros terão que ser recuperados, numa lesão das mais graves, porque obra recebida e integralmente paga pelo Poder Executivo e Poder Judiciário, confirmou-se, menos de dois anos depois como uma grande fraude e um caso típico de não conformidade com as normas técnicas brasileiras, numa prática que tem sido recorrente e tem-se alastrado por todo o País. Obras de má qualidade e de alto custo se multiplicam pelo País, pela perda da capacidade do Poder Executivo e do conjunto das instituições do País, de poderem controlar, efetivamente, através de mecanismos prévios de orçamentação, como também de mecanismos que acompanhem a execução da obra, que façam a contratação por preço justo e com qualidade, numa expectativa que possa ser reputada como razoável.

Mas, meus amigos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, foi feliz o Constituinte de 1989, quando no artigo 27, inciso XXI, deu a seguinte redação na questão dos procedimentos licitacionais e de contratação de obras públicas: "Além de requisitos mencionados no inciso anterior, o órgão licitante deverá, nos processos licitatórios, estabelecer preço máximo das obras, serviços, compras e alienações a serem contratados".

Desde cedo, desde a primeira hora, compreendeu o Governo do Paraná a necessidade do estabelecimento de preço máximo para a instauração dos procedimentos licitacionais, que resulta hoje num processo empírico de apreciação dos resultados de gestão do setor de obras públicas, numa redução estimada na ordem de 25%, relativamente aos preços orçados ou aos preços tradicionalmente praticados no setor.

O estabelecimento do preço máximo e a garantia de ampla publicidade, mesmo para a modalidade licitatória denominada "convite" - e aqui vai uma denúncia que reputo das mais graves, das mais sérias: hoje, no Brasil, não se tem mais procedimento de licitação com as regras da administração pública. O procedimento de licitação foi substituído, desde o Decreto 200 e especialmente desde o Decreto Lei 2300, foi substituído em cerca de 85% dos casos, para modalidade licitatória denominada "convite", cujo valor estimado para a sua prática é hoje da ordem de 500 milhões de cruzeiros.

Isto quer dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que 85% das obras que estão nesta faixa que vai até 500 milhões

de cruzeiros estão fora da prática e do procedimento de licitação. A administração livre e arbitrariamente escolhe 3 interessados no ramo, a eles dirige os convites e o que nós vemos na análise dos autos de licitação dos procedimentos realizados na modalidade - convite, é que os descontos variavam na ordem de 0.1, 0.6, 1.0 e nunca ultrapassando a faixa de 5% relativamente a um preço estimado, máximo muitas vezes já superestimado. Em outras palavras, com o estabelecimento da publicidade para todos os procedimentos de licitação, prática que é singular e única no Estado do Paraná, nós passamos a ter descontos inclusive para esta faixa que vai até 500 milhões de cruzeiros e que estava coberta pela prática modalidade - convite, nós passamos a ter descontos médios da ordem de 30 a 35% relativamente ao preço máximo. Isso quer dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que em 4 anos de governo é possível obter um ano em obras com procedimentos licitacionais e de orçamentação prévia de obras adequados.

Enquanto em todo o Estado e mesmo nos municípios brasileiros nós vemos as velhas práticas de orçamentação e daí o nosso esforço de promovermos esse seminário que deve se desenvolver nos dias de amanhã e depois de amanhã, a ouvirmos a experiência e a audiência de São Paulo com a presença da Prefeita Erundina, com a experiência do Estado do Paraná, com a experiência de São Paulo, com a experiência do Estado de Santa Catarina que também introduziu a prática determinante da tomada de preços e da concorrência como regra, eliminando a velha modalidade denominada - convite, aqui entre nós substituída por uma modalidade que tem a garantia da mais ampla e prévia publicidade.

Com isso Sr. Presidente, fechado o circuito, da engenharia de custos, da engenharia de qualidade e dos procedimentos de licitação e contratação através de um conjunto de sistemas que são perenes e sobrevivem ao administrador, nós acreditamos que uma Comissão Especial de Srs. Deputados, livremente eleitos em plenário, poderem elaborar uma versão preliminar que deverá converter-se em Lei ou Decreto 700 que fez aprovar o regulamento único das licitações e contratos administrativos, justamente no momento e no instante em que o Congresso Nacional, e já se encontra no Senado da República, a apreciação da nova lei das licitações que alcança não só os procedimentos de contratação de obras, mas também as alienações e as compras.

E chegada a hora da Assembléia Legislativa, numa demonstração de que está acompanhando passo a passo os ritmos de modernidade que estão sendo exigidos pela sociedade, que deseja controlar os seus

aparelhos, nós podemos atravessá-los de uma Comissão Especial elaborarmos uma versão também de licitações que possa ser submetida ao Senado da República, aos Senadores paranaenses e aos Senadores dos demais Estados, quando também possa ser convertido aqui, no Estado do Paraná, unidade da Federação, uma política referencial no setor de obras públicas que sobreviva ao esforço do atual Governo e que possa ser, de fato, uma referência para a administração pública moderna, democrática e popular que nós queremos construir aqui no Paraná. Com aparte o Deputado Florisvaldo Fier.

O DR. ROSINHA - Agradeço o aparte concedido. Quero fazer alguns comentários a respeito da obra citada por V.Exa., que é a obra que temos aqui em frente a do Fórum da cidade de Curitiba. Nós queremos inclusive perguntar a V.Exa. que esteve à frente do DECON quem foi o responsável técnico pela contratação da obra e o responsável para acompanhar toda a fiscalização dela. Citada as várias irregularidades que já foram constatadas, nós sabemos que foram desenvolvidas no sentido de punir os responsáveis e se há alguma ação indenizatória por parte do Estado em relação aos técnicos que agiram de má fé ou irresponsavelmente nesta obra.

O SR. LUIZ BONA TURRA - Como caso típico de não conformidade, se há de um lado a curiosidade ou um enfoque técnico sobre uma obra dessa envergadura, dessa importância e com essa área de construção, de outro também, as medidas que foram adotadas no Estado se devem a três frentes fundamentais:

No plano técnico nós pudemos ter um enfrentamento não só a confirmação do laudo inicial do Departamento de Obras subscrito por três engenheiros, como também pudemos ter um inventário da real situação que se encontrava a obra e essa foi uma medida cautelar que adotamos antes de retomada em definitivo que permitiu que o Estado dispusesse hoje, e isso foi objeto hoje pela manhã de discussão por S.Exa. Governador do Estado, dotou o Estado de condições de tomada da obra. O Estado não limitou-se apenas a indicar ou denunciar os defeitos construtivos havidos no processo de execução da obra. E essa é uma palavra chave. Os defeitos localizados nas estruturas do edifício do Fórum da Comarca de Curitiba são defeitos derivados da má execução da obra. Esse é o resultado do trabalho do Centro de Estudos de Engenharia Civil da Universidade Federal - TECPAR e também da Dalcon Engenharia confirmando os estudos preliminares do Departamento de Obras.

Não só promovemos um inventário como

também dotamos o Estado de condições de retomada da obra porque ali foram investidos recursos da ordem de 4 milhões de dólares; recursos dos mais expressivos, como também essa etapa de recuperação parcial já se encontra licitada e deverá ser homologada por S.Exa. Governador do Estado.

Além disso, promoveu no âmbito técnico o Departamento de Obras a revisão de todos os projetos engenhariais bem como do projeto arquitetônico, necessidade indispensável para a continuidade e execução das demais etapas da obra, porque a má execução repercutiu no seu projeto arquitetônico e nos seus complementares de engenharia.

Então, paralelamente a execução da recuperação parcial teremos também a revisão dos projetos técnicos do novo edifício do Fórum da Comarca de Curitiba.

Há ainda a frente criminal instaurada hoje na delegacia de crimes contra a administração pública, inquérito próprio pelo cometimento nos crimes de estelionato, corrupção passiva e ativa e outros crimes em que são indiciados o engenheiro responsável e proprietário da empresa Copeli Construtora. Também o engenheiro técnico indicado pelo Departamento de Obras para a fiscalização da obra, como também um ex-diretor técnico do Departamento de Obras engenheiro Loiola. São 3 indiciados no âmbito criminal. Também obtido na 4ª Vara Criminal de Curitiba, já que era réu em ação por crime contra a honra. Era réu em ação promovida pelo engenheiro proprietário da empresa Copeli, pude ter ainda, há cerca de 2 meses, não só a recusa em juízo preliminar de inadmissibilidade e inexistência da prática do crime como também, ao que equivaleu a uma sentença de isenção e de inocência do denunciante, então diretor geral do Departamento de Obras.

Além disso, em fase final e de encerramento encontra-se na 2ª Vara da Fazenda Pública de Falências e Concordatas uma ação cautelar em que foi autora a empresa construtora e que ingressou no Departamento de Obras respondendo aos quesitos do juiz e apresentando novos quesitos, já em fase de encerramento essa ação cautelar instrui essa ação principal de indenização para que não se tenha de repetir a produção das provas na ação principal que será movida pela Procuradoria Geral do Estado que também confirma todos os levantamentos, laudos e estudos feitos na esfera pública pelas entidades que têm. De modo então que nós temos a esfera criminal, temos a esfera civil já tendo praticamente vencido bastando apenas a sentença do juiz da 2ª Vara que deverá acolher os argumentos levados a lume pelos 3 peritos. E é de destacar aqui Sr. Presidente e Srs. Deputados que este laudo pericial é um laudo unânime que confirma, assinado inclusive,

pelo perito indicado pela empreiteira, além do perito indicado pelo Estado e do indicado pelo Juiz. Estes firmaram um laudo único que apenas desfaz uma das notícias segundo a qual por um dos laudos, o laudo da Dalcon Engenharia teriam sido suprimidos cerca de 12 a 16 pilares do edifício. Essa questão não foi confirmada, por este laudo, no entanto os cerca de 8.000 metros quadrados que terão de ser recuperados, os cerca de 7 a 8 quilômetros de fissuras que terão de ser recuperados, bem como os demais defeitos e erros e mesmo a má fé com que a obra foi executada, tudo isso se confirma no laudo. De modo que o ganho que terá o Estado e a ação estimada de indenização é da ordem de um milhão de dólares, e com certeza isso terá confirmação no foro judicial, já que na esfera criminal a situação evoluiu. Na esfera cível nós parecemos ter e obter a aprovação das constatações iniciais, bastando agora que se conclua a ação cautelar para que demos entrada na ação principal.

Mas, eu me permitiria aqui, para concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, afirmar que é possível na condução e direção do aparelho do Estado, estabelecer metodologia e práticas que retirem da esfera discricionária ou do arbítrio do administrador e colocam na esfera objetiva, é possível ordenar padrões de qualidade, de controle de custos, de procedimentos de licitação que assegurem à administração pública, em todas as suas esferas e todos os poderes, efetivo controle sobre seus gastos.

Acredito aqui se opõe duas visões, de um lado a visão de um Estado liberal, incapaz de coordenar as suas ações, incapaz de subordinar os interesses privados e incapaz de elaborar programas, planos e projetos de longo alcance. E de outro lado a visão de um Estado que se subordina ao planejamento e que se subordina aos controles democráticos, através de suas instituições, especialmente através do Parlamento. Acredito que é chegada a hora do Parlamento paranaense e sua Assembléia Legislativa, em Comissão Especial, e isso será objeto de requerimento próprio, que dirigirei a Mesa, possamos, as várias correntes políticas, as várias correntes ideológicas atuantes aqui na Assembléia, nos debruçarmos sobre a questão e a temática fundamental que diz respeito às licitações públicas, aos contratos administrativos e aos instrumentos de convênio que, em muitos casos, se constituem, em verdadeira burla a todos os controles que estabelece a administração do setor. E associando a isso o controle de qualidade das obras, o controle de custos, nós podemos fazer com que, de fato, essa que já foi a morte da marcha da coluna Prestes, aqui se

recoloque, entre nós, em novos termos, para que a obra que custa e deve custar "cinquenta contos de réis", custe isso, nem mais, nem menos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Horário das Lideranças, PTB com a palavra, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós solicitamos a palavra apenas para encaminhar a Mesa um requerimento que submetido à apreciação da Casa, esse Deputado pede que se envie cópia ao Governador do Estado, porque, efetivamente a situação é das mais prementes e da maior urgência: - é com relação as vagas dos estabelecimentos oficiais de ensino, para o próximo ano letivo, que se avizinha. E nós estamos assistindo compungidos, estamos assistindo estarecidos, a luta dos pais de alunos para conseguir uma vaga nos estabelecimentos públicos do Estado, porque o ensino particular está com preço proibitivo, não há mais condições de um pai manter de seus filhos nas escolas particulares, então está apelando para a escola pública. E a escola pública parece que não providenciou aumento de vagas, as vagas são as mesmas, ou até reduziram, porque em algumas escolas não há lugar nem na série seguinte para os que passaram de ano. Então, é uma situação esdrúxula, que exige do Governador do Estado que deixe um pouco de lado de fazer política, que deixe de brigar com o Judiciário, que deixe de brigar com todo mundo como ele está brigando; e que vá brigar pelo ensino, vá brigar pelo aluno, vá brigar pela criança paranaense que precisa efetivamente de vaga.

O nosso Requerimento tem o seguinte teor:

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO

ERONDY SILVERIO

VAGAS ESCOLARES NO PARANÁ

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Estamos assistindo à corrida dos pais de alunos da rede pública estadual, para a garantia de vagas escolares para seus filhos. Essa medida decorre da exigência de confirmação das reservas feitas durante a primeira chamada escolar, pelas autoridades da Secretaria Estadual de Educação.

O problema da maior demanda por vagas na rede escolar pública decorre da transferência de estudantes antes matriculados em escolas particulares. Com a recessão e os altos custos de formação dos filhos, os pais estão se vendo obrigados a buscar abrigo nos estabelecimentos oficiais, enquanto outros se vêem diante do

dilema de levar os filhos a abandonarem os estudos.

Isto não pode ocorrer de forma alguma, principalmente porque a ordem constitucional brasileira garante o acesso ao ensino fundamental e, na medida do possível, aos demais níveis de educação.

Por isso o novo ministro da Educação, professor Murilo Hingel, anunciou a disposição de adquirir até 40 mil vagas na rede de escolas comunitárias mantidas pela CNEC - Companhia Nacional de Escolas da Comunidade, a fim de abrigar ali os estudantes reconhecidamente carentes, aos quais possa faltar vaga em escola oficial.

Embora as estatísticas indiquem que 97% das crianças brasileiras se matriculam na escola básica, o problema é que o aproveitamento é baixo: apenas 22% dos matriculados na primeira série chega à oitava série.

Enquanto isso o diretor de Recursos Humanos da Auto-latina, importante complexo da indústria brasileira, acusa que 30% dos operários e profissionais, não têm aproveitamento nos cursos de reciclagem, por ausência de uma sólida formação básica.

Quer dizer, não conseguiremos transformar o País, no rumo da produtividade e da modernização, se não corrigirmos a deficiência de nosso sistema educacional.

O ideal é que o Estado assegure escolas para todos, mas enquanto isso não é possível, há que cumprir a Constituição por modos alternativos. Segundo expôs o Ministro Hingel, "a Constituição não obriga o governo a construir escolas, mas a garantir vagas para toda criança em idade de frequentar o curso fundamental".

Queremos crer que o poder público deve acudir à demanda escolar ofertando vagas adquiridas em escolas de instituições comunitárias, e mesmo em instituições privadas sérias e idôneas inclusive no Paraná.

Só assim passaremos aos pais de alunos a certeza de que não haverá criança sem escola, sem boa escola e sem apoio no futuro.

Eu requeiro portanto, ouvida a Casa, se encaminhe cópia desse pronunciamento ao Governador do Estado.

Era isso Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Horário das Lideranças ainda.

PDT. Declina.

PL. Declina.

PT. Declina.

PFL. Declina.

PRN. Declina.

PST. Declina.

PMDB. Deputado Orlando Pessuti com a palavra...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A principal razão de estarmos na tribuna na tarde de hoje é para prestarmos alguns esclarecimentos aos nossos colegas da Assembléia Legislativa, em função de algumas decisões que achamos por bem adotar na condução dos trabalhos da bancada do PMDB. Todos os companheiros têm conhecimento que estamos respondendo na condição de Líder do PMDB por estas funções desde o dia 16 de janeiro de 1991 quando, naquela ocasião, o Deputado Caíto Quintana ficou com as atribuições da Liderança do Governo e nos passou as atribuições da Liderança do PMDB. E principalmente agora, neste mês de dezembro, após uma análise que fizemos em conversações com alguns Parlamentares e posteriormente em uma reunião com a nossa bancada do PMDB, entendemos que seria uma decisão acertada de nossa parte distribuir um pouco melhor as atribuições hoje sob a responsabilidade da Liderança do Governo e da Liderança do PMDB, as duas por nós exercida nesta Casa, acumulando estas duas atribuições.

Estamos na Assembléia, nos últimos anos, desenvolvendo discussões intensas sobre o projeto de lei que regulamenta o artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná, a questão da Ciência e Tecnologia. Estamos discutindo a questão do Fundo de Previdência Social. Estamos discutindo o impeachment proposto pela Associação dos Magistrados contra o Governador Roberto Requião. Estamos já há alguns meses discutindo a questão do orçamento desta Casa. Estamos discutindo outras tantas matérias. Pelo menos ainda hoje conversava com o Deputado Erondy Silvério, Presidente da CCJ, com o Deputado Fregonese, Presidente da Comissão de Finanças, estamos ainda com quatorze mensagens de suplementação orçamentária para serem aprovadas e fazemos um entendimento com os Deputados citados para que possamos ter os pareceres nestas matérias durante o dia de amanhã, para que o Presidente possa incluí-las na votação de quarta e quinta-feira desta semana para que possam ser sancionadas, publicadas e ainda implementadas neste exercício de 1992.

Além destas questões administrativas, dentro da Assembléia Legislativa, temos também a nível de partido a discussão de um novo programa partidário que está se desenvolvendo através da Fundação Pedrosa Horta. Temos a questão das eleições para 50 municípios, se não me falha a memória, porque temos os 48 novos municípios do PMDB. Temos todos os trabalhos relativos à formação do novo diretório estadual do

Curitiba, segunda, em 07.12.92

PMDB no dia 07 de fevereiro. É evidente que todas estas questões no mesmo momento estavam sobrecarregando as nossas atribuições e, por esta razão, numa proposta que fizemos na última reunião que tivemos na nossa bancada, entenderam os companheiros do PMDB que deveríamos desafogar um pouco estas atribuições e, neste sentido, foi convidado o companheiro Renato Adur, Vice-Líder do PMDB, para responder pelas atribuições da Liderança do PMDB neste período que ainda temos de Liderança que nos foi concedida pelos companheiros e que iria até o dia 15 de fevereiro do próximo ano.

Por estas razões queremos que os Srs. Parlamentares tomem conhecimento disto e que saibam que daqui para a frente as questões ligadas ao PMDB é evidente que iremos tratá-las também, que iremos nos interessar por estes assuntos, a exemplo do que fazem todos os Deputados que pertencem a esta sigla partidária, mas as questões de coordenação das ações ligadas ao PMDB ficarão a cargo do nosso Vice-Líder, Deputado Renato Adur, que será auxiliado pelo nosso Vice-Líder também, Deputado Oswaldo Trevisan. E nós continuaremos a desempenhar as funções de Líder do Governo, cumprindo todas as atribuições a ela afetas. Neste sentido iremos continuar tendo a contribuição dos companheiros Dirceu Manfrinato, que é nosso Vice-Líder de Governo e do companheiro Toti Colaço que também participa conosco na questão da vice-Liderança nesta Casa. E apenas uma forma de darmos uma dinâmica maior às questões do PMDB nesta Casa e de darmos uma condição maior para que a Liderança do Governo no momento por nós exercida possa, também, destinar uma parcela ainda maior de seu tempo para atender, sempre que necessário, as questões oriundas de partidos que estão aliados ao Governo, ou até mesmo para ter-se mais tempo através da Liderança do Governo para dialogar com os Deputados que integram partidos que fazem Oposição ao Governo, com Deputados que não pertencem ao bloco do Governo, mas que circunstancialmente sentem à Mesa com a Liderança do Governo para discutir os assuntos que interessam ao Paraná. Então é uma forma de darmos uma dinâmica maior às questões, porque em todos os momentos que nós estivermos ocupados profundamente com os assuntos do PMDB nós evidentemente não estaríamos dedicando esse tempo em favor dos assuntos que interessam ao Governo, assuntos que interessam ao Paraná, conversando com Bancadas que não sejam do PMDB, então é uma forma de termos um tempo maior para dialogarmos com as Comissões desta Casa, com os Partidos, ou individualmente com os Deputados que não pertencem ao bloco do Governo, porque as ações ligadas, que são do interesse do Governo e que es-

tão ligadas a Bancada do PMDB serão, doravante, gerenciadas, administradas, articuladas através do Deputado Renato Adur e do Deputado Oswaldo Trevisan. Nós fazemos essa comunicação, Sr. Presidente, ao mesmo tempo que também já havíamos comunicado a assunção do Deputado Oswaldo Trevisan à condição de vice-Líder da Bancada do PMDB em substituição do Deputado José Tavares que recentemente foi indicado para Secretário de Justiça do Paraná, e queremos mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados dizer que estamos trabalhando a todo vapor e desenvolvendo conversações com os Deputados Presidentes de Comissões, com os Deputados autores de Projetos, porque todos sabemos que temos praticamente só mais uma semana de trabalho ordinário nesta Casa e até nós termos, ainda, perto de uns trinta Projetos para serem avaliados, discutidos e votados por esse Plenário, alguns mais polêmicos que outros, razão pela qual nós teremos que nos debruçar, todos os Deputados desta Casa em cima destas questões, e é mais uma razão, inclusive, para solicitarmos ao Presidente desta Casa que determine a reinclusão na Ordem do Dia da próxima quarta-feira do Projeto de Lei que regulamenta o artigo 205 ligado à Ciência e Tecnologia, para que nós possamos apresentar a emenda substitutiva que elaboramos após discussão com diversos Deputados desta Casa e também conseguirmos aprovar ainda nesse período Ordinário esse Projeto que vem de encontro, evidentemente, aos interesses não só do Estado, mas de toda comunidade científica.

Era isso que tínhamos, os nossos agradecimentos!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 536/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 07 do corrente mês, em função de compromissos na Região Noroeste do Estado.- **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado que responderá temporariamente pela Liderança desta Bancada.- **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Pronunciamento subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, para que seja encaminhado ao Se-

nhor Governador do Estado.- **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, sujeita à prévia autorização do Poder Público a prática de esportes náuticos no litoral paranaense. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E., C.S.P. e C.T.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 565/91
EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Senhor Deputado Lourenço Fregonese, tem por finalidade sujeitar à prévia autorização do Poder Público a prática de esportes náuticos no litoral do Estado do Paraná.

Incidente ao mesmo, emenda de Plenário nº 01, do próprio autor, objetivando adaptar a proposta nas áreas de redação e à realidade da legislação pertinente.

Procedida à análise da emenda substitutiva, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, à matéria, estando a proposta, projeto e emenda, em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 125/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, altera a redação da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 125/92

P A R E C E R:

Objetiva a emenda em análise suprimir o art. 2º do projeto de lei em questão.

Analisando-se a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão do Projeto de Lei Complementar nº 125/92.

Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei Complementar nº 125/92.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 246/92, cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, e dá outras providências

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 246/92**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Quadro de Pessoal das Serventias de Justiça do Estado do Paraná, composto de cargos de provimento efetivo, é estruturado na forma dos Anexos que integram esta Lei.

Art. 2º - As denominações classificação, códigos, valores dos vencimentos e valores base de proventos de aposentadoria dos cargos, são os constantes dos precitados Anexos, ficando os mesmos distribuídos de conformidade com as respectivas Tabelas.

Parágrafo Único - O número de cargos é estabelecido pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 3º - O Quadro de Pessoal, de acordo com o regime jurídico legal dos seus ocupantes, é dividido em 02 (dois) grupos:

I - Grupo A - Serventias de Justiça estatizadas, composto de Titulares e Auxiliares de Ofícios de Justiça do Foro Judicial, remuneradas pelos cofres públicos - Anexo I, Tabela I, Tabela Unica.

II - Grupo B - Serventias de Justiça privatizadas por delegação do poder público, composto de Titulares de Ofícios de Justiça do Foro Extrajudicial, Oficiais Maiores e Escreventes Juramentados das Serventias de Justiça dos Foros Extrajudicial e Judicial, não remunerados, na atividade, pelos cofres públicos Anexo II, Tabelas I e II.

Parágrafo Único - Aos atuais ocupantes dos cargos de Oficial Maior e de Escrevente Juramentado, cuja extinção é prevista em lei, à medida que vagarem, são resguardados os direitos e garantias previstos na legislação vigente.

Art. 4º - As formas e condições de preenchimento dos cargos previstos pelos anexos desta lei são reguladas pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Art. 5º - Os níveis e valores de vencimentos e de proventos de aposentadoria dos ocupantes de cargos que integram o Grupo A e os de proventos de aposentadoria daqueles que integram o Grupo B, são os estabelecidos pelas Tabelas dos Anexos I, II e III, desta lei, para cada classe, dentro das respectivas entrâncias a que pertencem.

Parágrafo Único - Os futuros reajustes dos valores dos níveis de vencimentos e de proventos a que se referem este artigo, não poderão ser menores dos que forem atribuídos aos demais servidores públicos do Estado, por ocasião dos aumentos gerais concedidos aos mesmos.

Art. 6º - O regime de aposentadoria de ocupantes de cargos que fazem parte do Grupo A, previsto nesta Lei, é regulado pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (Lei nº 6147/70).

Parágrafo Único - Os atuais titulares dos cargos a que se refere este artigo, cujas serventias de Justiça ainda não estejam estatizadas de acordo com o que estabelece a Constituição Federal (Artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), continuam remunerados através de Custas e subordinados ao regime de aposentadoria previsto no artigo 7º desta Lei.

Art. 7º - A aposentadoria dos ocupantes de cargos que fazem parte do Grupo B, previsto nesta lei, é regulada pela Lei nº 4.975, de 02 de dezembro de 1964, com suas modificações posteriores.

Parágrafo Único - Aos valores base dos proventos dos Serventuários da Justiça referidos neste artigo, por ocasião da aposentadoria, serão acrescidas as mesmas vantagens asseguradas por lei aos titulares de Ofícios de Justiça remunerados pelos cofres públicos, na forma estabelecida pela Legislação vigente na época da aposentadoria.

Art. 8º - Os regimes de pensão dos Serventuários da Justiça pertencentes às classes que integram os grupos A e B de que trata esta lei, são os previstos, para cada uma delas, nas legislações respectivas.

Art. 9º - Para efeito de pagamento das pensões de acordo com os novos valores

previstos nas Tabelas dos Anexos desta lei, fica estabelecido um período de carência de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação.

Parágrafo Único - O período de carência de que trata este artigo não se aplica à contribuição previdenciária prevista em lei.

Art. 10 - Fica assegurado aos ocupantes de cargos de Oficial Maior e de Escrevente Juramentado que se encontrem lotados em serventias de Justiça do Grupo A, cujo Titular venha a optar por remuneração pelos cofres públicos de acordo com o que vier a ser estabelecido em lei, o direito à remuneração correspondente ao valor fixado para os proventos de aposentadoria previstos pela Tabela II, Anexo II, desta lei, para os respectivos cargos.

Parágrafo Único - A aposentadoria dos Serventuários a que se refere este artigo obedecerá o estabelecido pelo artigo 7º e seu parágrafo, desta lei.

Art. 11 - Aos escrivães do Crime e de Menores, poderá ser aplicado o regime de prestação de serviço em tempo integral e dedicação exclusiva, ou atribuída gratificação percentual pela prestação de serviço extraordinário, e a de risco de vida, na forma e condições estabelecidas em lei.

Art. 12 - Os Serventuários da Justiça já aposentados e pensionistas terão os seus proventos e pensões reajustadas na forma e condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo Único - A administração por seus órgãos competentes implantará de ofício os reajustes a que se refere este artigo.

Art. 13 - O artigo 18 da Lei nº 4.975, de 02 de dezembro de 1964, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 18 - A receita para o pagamento das pensões dos Serventuários da Justiça será proveniente da contribuição obrigatória de 8% (oito por cento) sobre os valores referentes a Tabela B, acrescidos, para efeito de cálculo, das vantagens concedidas a qualquer título, relativamente à mesma categoria, classe e tempo de serviço dos serventuários definidos como contribuintes da C.P.S.J."

Art. 14 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Eurides Moura - Relator

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presi-

dente, registramos o voto contrário da Bancada do PT pelas justificativas apresentadas nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Será devidamente anotado.
Redação Final?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sim, Senhor.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, isenta de ICMS veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F. (Publ. no D.A. nº 156 de 26.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 534/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Lourenço Fregonese, objetiva autorizar o Poder Executivo isentar de I.C.M.S., veículos, máquinas e equipamentos adquiridos por Prefeituras Municipais do Estado do Paraná, na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposta, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela tramitação do plano de lei em tela.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 534/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, visa isentar de ICMS, veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, oferece seu parecer favorável à normal tramitação nos demais órgãos desta Casa, na forma da Emenda Substitutiva Geral anexa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO DE

FINANÇAS, AO PROJETO DE LEI Nº 534/91

Art. 1º - O art. 1º do Projeto de Lei nº 534/91, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a isentar do ICMS os seguintes veículos utilitários: caminhões, caminhonetes, tratores, retroescavadeiras, patrões, pás-carregadeiras, rolos compactadores e similares, suas peças, seus acessórios e implementos, máquinas de um modo geral, destinadas a obras, bombas, britadeiras e outras com seus motores e equipamentos diversos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 534/91. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão, por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 534/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério, declara de Utilidade Pública o Paraná Clube, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 105 de 03.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 208/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 208/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério, declara de Utilidade Pública, o Paraná Clube, com sede e foro em Curitiba.

Nos termos estritos da competência desta Assembléia Legislativa, não encontramos óbices à normal tramitação da matéria nesta Assembléia Legislativa e sua apreciação pelo Plenário, sendo favoráveis à sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Nós queremos registrar o voto contrário da bancada do PT, porque já fizemos isso quando da declaração de Utilidade Pública do Curitiba Futebol Clube e até porque nesse projeto não consta nenhuma justificativa ex-

plicando dos motivos da declaração de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - **Aprovado o projeto.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural, Educacional e Assistencial São Marcos, com sede e foro em Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 142 de 15.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 280/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 280/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural, Educacional e Assistencial de São Marcos, com sede e foro em Cascavel.

Nos termos estritos da competência, desta Assembléia Legislativa, não encontramos óbices à normal tramitação da matéria nesta Assembléia Legislativa e sua apreciação pelo Plenário, sendo favoráveis à sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Registre-se voto contrário da Bancada do PT.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/92, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, declara de Utilidade Pública a "APAE" - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Corbélia, Pr.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Public. no D.A. nº 145 de 20.10.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 291/92

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado Elio Lino Rusch, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que objetiva declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" - APAE, de Corbélia.

Através de parecer anterior emitido por esta Comissão, foi solicitado ao digníssimo autor do projeto que encaminhasse relatório de atividades desenvolvidas pela entidade, conforme dispõe a Lei nº 6.994.

Tendo sido atendida a referida solicitação, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do presente.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PLAUTO MIRO GUIMARAES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 292/92, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública o Conselho de Segurança de Guaratuba, com sede e foro na cidade de Guaratuba. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Public. no D.A. n° 147 de 21.10.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 292/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 292/92, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública o Conselho de Segurança de Guaratuba, com sede e foro em Guaratuba.

Nos termos estritos da competência desta Assembléia Legislativa não encontramos óbices à normal tramitação da matéria nesta Assembléia Legislativa e sua apreciação pelo Plenário, sendo favoráveis à sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 337/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar o Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril de Irati. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. **(Public. no D.A. n° 160 de 10.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 337/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 337/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril de Irati, e estabelece outras providências.

Do exame da matéria, infere-se que o projeto, ao criar um órgão da administração pública e estabelecer suas atribuições, invade a competência privativa do governador do Estado, prevista no inciso IV, do Art. 66 da Constituição Estadual.

No entanto, como se trata de matéria autorizatória, entendemos que possa ser apreciada por esta Casa.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO
PROJETO DE LEI N° 337/92

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado Toti Colaço, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que autoriza o Poder Exe-

cutivo a criar o Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril, no município de Irati.

O referido projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Com relação às atribuições desta Comissão o projeto atende às expectativas de estímulo e incremento da agricultura, especialmente no que se refere a manutenção do homem no campo.

Por estas razões, opinamos favoravelmente a aprovação do mesmo.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 30.11.92.

(aa) SEVERINO FELIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Nós solicitamos a retirada desse projeto porque não encontramos o mesmo publicado na Ordem do Dia. Na publicação da Ordem do Dia hoje o projeto só consta no item 9°, mas não consta da publicação em projetos, não tivemos a oportunidade de poder analisar o mesmo, portanto entendemos que a melhor forma seria retirá-lo e publicá-lo amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem razão o senhor. **Está retirado o projeto.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 345/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **(Public. no D.A. n° 162 de 12.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 345/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, visa o projeto de lei em análise a concessão de título de Cidadania Honorária do Paraná ao Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes e vice-governador do Estado do Paraná. Quanto ao mérito, não há qualquer reparo a ser feito, face à notoriedade dos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná pelo homenageado.

Assim sendo, manifesto meu parecer FAVORAVEL à aprovação do Projeto de Lei n° 345/92.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Nós queremos encaminhar contrário a este título de Cidadão Honorário que propõe o Deputado Nilton Barbosa ao Secretário Mário Pereira.

Primeiro porque nós entendemos que se um cidadão está exercendo uma função pública ou por delegação de voto popular ou por convite de uma autoridade, ele aceita para justamente fazer uma prestação de serviço à população, não é nada mais que a sua função, o seu dever, a sua obrigação prestar um bom e ótimo serviço à população.

Segundo porque entendemos que não é também correto de nossa parte e entendemos até como uma bajulação do Poder Legislativo ao Poder Executivo, a concessão de um título de Cidadão Honorário do Paraná a um cidadão que ao mesmo tempo ainda exerce um cargo, nós entendemos que até seria uma atitude não entendemos correta do Deputado Nilton Barbosa, porque o Secretário Mário Pereira ainda se encontra na sua função pública, numa função do Poder Executivo que encontrará adversários em todas as suas formas, ações, provavelmente pelo fato de ter adversários políticos por pertencer no momento ao Poder Executivo.

Nos entendemos inoportuno este título de Cidadão Honorário, por isso o voto contrário da nossa bancada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, nós queremos discordar da posição do Deputado Ovídio, uma vez que talvez por falta de conhecimento, por não se lembrar que o Secretário dos Transportes e vice-Governador do Paraná já passou por esta Casa como Deputado Estadual e nós queremos testemunhar aqui os relevantes serviços prestados pelo vice-Governador do Paraná quando aqui então, na época, como Deputado. E na ausência do nosso companheiro, Deputado Nilton Barbosa, eu quero aqui fazer a defesa e parabenizar o Deputado por esta atitude porque nós temos que reconhecer realmente, principalmente aqueles que passam por esta Casa, como Deputado Estadual, chegando a cargos mais importantes, no caso do vice-Governador e Sr. Secretário dos Transportes, eu acho que esta Casa tem que dar um voto de confiança e de reconhecimento porque afinal foi um Parlamentar que passou por aqui e demonstrou competência para merecer tal honraria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o nº 345/92. **Aprovado, com exclusão da Bancada do PT.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/92, de autoria do Deputado João Arruda, autoriza doação de terrenos que especifica para o Município de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e

C.T.I.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167 de 19.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 353/92

De autoria do Deputado João Arruda, objetiva a proposição em tela autorizar o Governo do Estado do Paraná a doar ao Município de Francisco Beltrão, dois lotes, conforme especifica, localizados na área urbana daquela municipalidade.

Analisando-se a constitucionalidade da matéria, tem-se que a mesma enquadra-se nos dispositivos da Carta Magna estadual, motivo que nos leva a opinar favoravelmente à sua aprovação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
MARIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 353/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Arruda, objetiva a proposição em tela autorizar o Governo do Estado do Paraná a doar ao Município de Francisco Beltrão, dois lotes, conforme especificação, localizados na área urbana daquela municipalidade.

Sob o ponto de vista da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, não há óbice para que esta matéria seja aprovada por esta Casa de Leis.

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
JOSE ALVES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, requer outorga de Título de Cidadania Honorária ao Doutor Karam Abou Saab. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 167, de 23.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 364/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Senhor Deputado Nilton Barbosa, objetiva outorgar o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Doutor Karam Abou Saab.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, temos a louvar a iniciativa, sendo que nada encontramos que possa impedir o normal trâmite processual legislativo da proposta.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente Plano de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Por desconhecimento, também solicitamos, Senhor Presidente, que registre o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/92, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, declara de Utilidade Pública a Creche Criança Feliz, com sede e foro no Município de Fênix. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167, de 23.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 365/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, objetiva declarar de Utilidade Pública a Creche Criança Feliz, com sede e foro no Município de Fênix.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposta, notamos a inteira atenção da iniciativa aos ditames da Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que estipula normas para a Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Civis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei, nada encontrando que possa obstar a tramitação processual legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/92, de autoria do Deputado Severino Félix, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Sapopema, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 168, de 24.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 369/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Severino Félix Pessoa, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", com sede e foro em Sapopema.

Analisando-se sob o ponto de vista regimental o mesmo encontra-se perfeitamente adequado, estando, inclusive, justificado.

Do ponto de vista da Lei nº 6994 que disciplina as normas para a declaração de Utilidade Pública, o mesmo foi corretamente elaborado.

Por estas razões, opinamos favoravelmente, a apreciação e posterior aprovação do presente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, institui normas para venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados, etc., e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 168, de 23.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 370/9

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Lourenço Fregonese, objetiva instituir normas para a venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados; etc., e adota outras providências.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposta, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela tramitação processual.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1997, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1996, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. A C.C.J..

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Este Requerimento será encaminhado à Comissão de Justiça, posto que o Projeto está sob a égide daquela Comissão.

Requerimentos nºs 2000, 2001 e 2002, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mello, constantes do expediente. **Aprovados. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2008, de autoria do

Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2006, 2007, 2005 e 2004, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2010, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1986, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2013, de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1989, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, com apoio dos Senhores Deputados Costenaro Neto, Duílio Genari, Orlando Pessuti e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, o nosso Partido tem tido uma posição de não participação no Governo Itamar Franco; nós votamos contrariamente e entendemos não votar favorável a esse requerimento e outro próximo que vai ser votado, que tem a mesma função, em razão de uma decisão política-partidária que o PT tem tomado a nível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprobado, contra os votos da Bancada do PT.

Amanhã a Assembléia fará realizar uma Sessão Especial que concede Título de Cidadão Honorário e Benemérito do Paraná, ao Dr. Luís Renato Pedroso, eminente Presidente do Tribunal de Justiça. A Mesa convida os Senhores Deputados para que compareçam amanhã, às 14:30 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando para terça-feira, dia 08, às quatorze horas e trinta minutos, uma Sessão Solene de outorga do Título de cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador Luiz Renato Pedroso.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da proposição n° 084/92

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 592/92.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 565/92.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 312/91, 208/92, 280/92, 291/92, 292/92, 345/92, 353/92, 364/92, 365/92, 369/92 e 370/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 262, 377, 376, 383, 394, 403, 409.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 592/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 262, 259, 377, 376, 383, 394, 403 e 409/92.

Levanta-se a Sessão